



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638490 - GO (2021/0000416-6)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : ARITTANA CARLA DE REZENDE  
**ADVOGADO** : ARITTANA CARLA DE REZENDE - GO044587  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : JONATHAN GABRIEL SOUZA SALES (PRESO)  
**CORRÉU** : CLEISON DA SILVA GUSTAVO  
**CORRÉU** : LUCAS PEREIRA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : PAULO CESAR FERREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : TATIANE SOUZA DE MENEZES ROCHA  
**CORRÉU** : ANA PAULA ORTIM DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : JAQUELINE DE ARAUJO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN GABRIEL SOUZA SALES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (*Habeas Corpus* n. 5639577-24.2020.8.09.0000).

Conforme narra o impetrante (fl. 7):

Os autos de origem dão conta de que o paciente e os outros 6 corréus, na data de 27/03/2019, foram presos em flagrante delito. O paciente e os corréus LUCAS PEREIRA SANTOS e CLEISON DA SILVA GUSTAVO por suposta incursão nos delitos tipificados nos artigos 157, § 2º, inciso II, § 20, c/c Art. 14, inciso II e art. 180, caput, c/c art. 288, todos do Código Penal Brasileiro, e artigo 244-B, da Lei n.º 8.069/90, tendo a custódia momentânea sido convolada em preventiva.

Apresenta, em resumo, as seguintes considerações:

Por ordem desse Superior Tribunal de Justiça, os corréus Cleison da Silva e Lucas Pereira foram soltos (*Habeas Corpus* nº 549.263 – GO e 617487 – GO, cujas decisões estão em anexo), sendo o paciente o único que se encontra preso no feito, [...]

Ressalta, ainda, a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva.

Tece considerações sobre o excesso de prazo da segregação do paciente em razão da demora no início da instrução processual, já que a denúncia foi oferecida em abril de 2019.

Afirma, por fim, que estão presentes os requisitos para a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, conforme disciplina o art. 319 do mesmo diploma legal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para relaxar a prisão do paciente, para que possa responder em liberdade, ou a aplicação das medidas cautelares diversas do cárcere. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente